

Londres vai perdoar parte da dívida dos países mais pobres

por Celso Pinto
de Londres

A Grã-Bretanha vai, unilateralmente, perdoar até dois terços da dívida oficial de países mais pobres, numa decisão que será anunciada ainda neste mês, disse sexta-feira o chanceler do Erário (ministro da Fazenda), Norman Lamont, numa entrevista a correspondentes estrangeiros.

Os britânicos haviam pressionado os outros países ricos (do Grupo dos Sete — G-7), em julho, para que aprovassem termos mais generosos de perdão da dívida de países mais pobres que estejam promovendo programas de ajuste, principalmente africanos. Conseguiu apenas o compromisso de que a questão viesse a ser tratada no âmbito do Clube de Paris, onde são renegociadas as dívidas de governo a governo.

Nada aconteceu, até agora, no Clube de Paris e o governo britânico, segundo Lamont, decidiu pôr em prática sua idéia de forma unilateral, antes mesmo do endosso do resto do G-7 (Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Japão e Alemanha). Lamont não quis especificar que países seriam beneficiados, mas deixou claro que a decisão será anunciada ainda antes do final deste ano.

Na reunião anual do FMI e Banco Mundial em Bangoc, em outubro, Lamont havia listado 20 países como possíveis beneficiários do perdão ampliado. São eles: Bolívia, Benin, Burkina Fasso, República Centro Africana, Chade, Guiné Equatorial, República da Guiné, Guiné Bissau, Guiana, Madagascar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Niger, Senegal, Tanzânia, Togo, Uganda, Zaire e Zâmbia (desde que acerte o problema de atrasados com o FMI).

O G-7 examinou a questão da dívida dos países mais pobres pela primeira vez em 1987, no Canadá, quando foi aprovado um esquema que passou a ser aplicado no Clube de Paris a partir de 1988. Por este esquema, prevê-se três opções: 1) perdão de um terço da dívida e renegociação do restante em 14 anos com 8 de carência; 2) renegociação a 25 anos com 14 de carência; e 3) redução das taxas de juros (metade das de mercado ou 3,5% abaixo, o que for menor), com renegociação a 14 anos com 8 de carência.

A Grã-Bretanha argumentou, desde o ano passa-

do, que este esquema era insuficiente para resolver a situação de países pobres insolventes, onde a dívida oficial representa a maioria do endividamento. Por esta razão, o primeiro-ministro, John Major, no ano passado, apresentou uma proposta alternativa, que ficou conhecida pelo nome do país onde foi anunciada: "os termos de Trinidad".

Por esta nova proposta, os britânicos sugeriam quatro pontos: 1) aplicar redução sobre todo o estoque da dívida oficial (na proposta de Toronto ela é aplicável apenas sobre os meses de consolidação de um programa com o FMI, normalmente 18 meses); 2) ampliar o perdão para dois terços da dívida; 3) relacionar o pagamento com a capacidade de pagar dos países e não com esquemas rígidos; e 4) limitar o benefício para países de fato insolventes e com duros programas de ajuste em vigor.

Entre a proposta de Toronto, de 1987, e a reunião do G-7 deste ano, o Clube de Paris resolveu fazer duas renegociações muito mais generosas com a Turquia e a Polônia. Embora sejam países de renda média e, portanto, não elegíveis para os benefícios dos termos de Toronto, eles conseguiram que seus credores perdoassem metade de sua dívida oficial.

O G-7 e o Clube de Paris, contudo, sempre definiram os casos da Turquia e Polônia como "excepcionais". Na verdade, nos dois casos decidiu-se conceder mais do que a média por razões e interesses políticos e pelo fato de as dívidas oficiais pesarem muito no total da dívida dos dois países. O Brasil tentou argumentar que os dois casos não deveriam ser entendidos como exceção e sim como precedentes, e queria um tratamento semelhante. Até agora, contudo, a posição do G-7 não mudou.

A iniciativa britânica de perdoar dívida de países mais pobres nos termos de Trinidad está em outro contexto e não deve afetar a questão da renegociação da dívida oficial de países de renda média como o Brasil. Torna-se mais provável, contudo, que a decisão britânica ajude a sensibilizar seus parceiros do G-7 para que venha a ser discutida seriamente no âmbito do Clube de Paris. Lemont sexta-feira deixou claro que seu país continuará a lutar para que o Clube de Paris, como um todo, siga sua decisão.